

DOI: [10.20396/rfe.v14i3.8675418](https://doi.org/10.20396/rfe.v14i3.8675418)

## Editorial

Cesar Nunes<sup>1</sup> 

Escrever um editorial é sempre uma tarefa que reúne duas grandes disposições ou dois grandes desafios. Pois, por um lado, para escrever o editorial, é preciso apresentar adequadamente a identidade ou a natureza de uma determinada obra, seja um livro, uma coletânea ou uma revista temática, seja ainda um respectivo número de uma determinada publicação, vinculando a produção a ser apresentada à própria identidade da Revista e de suas finalidades institucionais, acadêmicas e sociais. Por outro lado, é necessário apresentar criteriosamente o número, a obra, os artigos que compõem essa publicação. Apresentar cada artigo, cada ensaio ou cada resenha efetivada naquela obra, de modo a oferecer uma possível chave de leitura indicativa, a cada pessoa, grupo ou leitor(a) interessado(a) no texto em questão e na própria Revista. Essa é a nossa grande tarefa nesse momento, realizar esse duplo movimento, fazer a *anamnese* da Revista e de seus propósitos e apresentar o número mais recente, esse conjunto de artigos que marca essa preciosa edição.

A Revista Filosofia e Educação (RFE UNICAMP) já contabiliza mais de uma década de existência institucional, notabilizando-se por variadas e pluralistas publicações na área da Filosofia e da Educação. Vincula-se à Linha de Pesquisa (06) Filosofia e História da Educação, que compõe o corolário do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP. Nos últimos quatro anos passou a representar, mais especificamente, a produção e a vida institucional do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Educação PAIDEIA, um grupo de investigação com mais de 23 anos de atuação institucional, epistemológica e política, na área da Filosofia e da Educação. A RFE alcançou, nesses anos, um significativo número de leitores, de colaboradores e de interessados, de estudantes e de investigadores, que acompanharam, sistemática e criativamente, todas as publicações, dossiês e eventos realizados nessas duas décadas e meia de lutas. Não é necessário justificar, mas é forçoso lembrar dos cenários difíceis e dos exigentes desafios históricos e políticos, postos para a Educação e para a Filosofia, nas conjunturas recentes e atuais. Foram desafios políticos postos para a

---

<sup>1</sup> Professor Titular de Filosofia e Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Editor Chefe da Revista de Filosofia e Educação. E-mail: [cnunes@unicamp.br](mailto:cnunes@unicamp.br)

formação de professores, para a Ética, para as políticas públicas educacionais e para os Direitos Humanos, campos nos quais a RFE busca atualizar suas finalidades. A RFE sempre acompanhou, amiúde, as suscetibilidades dos acontecimentos e buscou decifrar suas causalidades históricas e suas fundamentações epistemológicas e políticas, nos tempos recentes.

Essas duas décadas já finalizadas e esses anos presentes dessa terceira década desse milênio retratam contradições políticas profundas, com ressonâncias em todos os campos de nossa atuação e de nosso interesse. Foram décadas exigentes para o mundo todo e se transformaram em décadas transitivas igualmente exigentes, especificamente para a realidade brasileira, notadamente no campo das políticas públicas, com destaque para a Educação, nosso núcleo reflexivo e investigativo. Temos vivido sobre a necessidade de desvendar alguns *nós* históricos, para usar a potencialidade dessa metáfora, que exigiram interpretações criteriosas dos intelectuais orgânicos que acompanharam esse processo de constituição da realidade educacional brasileira recente. Tomamos a liberdade de, a título de contextualização, destacar três períodos, diversos entre si, que podem nos auxiliar a decifrar esse tempo histórico recente.

Primeiro, há que se marcar o período de 2007 até 2016. Foram anos de atuação de governos democráticos progressistas recentes do Brasil. Podemos reconhecer, nesse tempo, um processo de afirmação, no campo da Educação, de uma concepção basilar de Educação compreendida como *direito subjetivo e social*, tal como preconiza nossa Constituição Federal de 1988. A defesa da *educação como direito* e do reconhecido *direito à educação* foi a palavra-de-ordem que demarcou sua esfera e sua identidade nesses anos dessa conjuntura histórica. As duas CONAES (Conferências Nacionais de Educação), a promulgação do PNE (Plano Nacional de Educação), junto com outros importantes dispositivos legais alinhados a esse nicho jurídico e pedagógico nos autorizam a dizer que esse período foi de conquistas e de avanços no campo da Educação e da Escolarização no Brasil. Temos o registro nacional de avanços criteriosos na expansão do Ensino Superior público brasileiro, na constituição inicial de uma nova concepção de Educação Básica, notadamente reforçada pela disposição de consolidar a Educação Infantil como um direito das crianças, de promover a Educação Fundamental com qualidade social e pedagógica, na busca de sua universalização, na afirmação de uma concepção de Ensino Médio como a finalização constitucional da Educação Básica, no sentido de integrar, de maneira autônoma e sequencial, todos os demais graus e modalidades da Educação Básica brasileira. Assim, esse primeiro momento histórico foi marcado por reconhecidos avanços jurídicos e institucionais, por acalorados debates, por criativas e corajosas proposições de instrumentos e de dispositivos legais transformadores, que se sustentam sobre a

concepção da educação como direito e do direito à educação, agora ressignificados pela proposição de políticas públicas nucleadas e centradas nessa concepção fundante e basilar: o direito à Educação.

O segundo momento histórico pode ser abarcado entre os anos 2016 e 2022, embora seus efeitos deletérios ainda ressoem em nossa realidade educacional, escolar, pedagógica e social. Foram anos de estupidez política, de engodo, de irracionalismos, arbitrariedades, cenários dramáticos, trágicos, reacionários e perversos, que hoje nos envergonham até de registrar historicamente. A onda conservadora que dominou o mundo todo igualmente influenciou movimentos sociais de diferentes conformações políticas, no Brasil, na direção de um engendramento golpista que foi acompanhado pela maioria da mídia hegemônica e por significativa parte do judiciário conservador, hoje desmascarado, sempre a serviço das elites do capital, dispostas a impedir quaisquer avanços dos direitos sociais, principalmente no campo da Educação. Esse foi o *ethos* dos movimentos conservadores orquestrados que lograram efetuar o estancamento do avanço social e educacional brasileiro promovendo uma perversa situação iniciada pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e continuada nos anos tenebrosos que se sucederam a essa medida de exceção, hoje reconhecidamente ilegal, antiética e sem fundamentos. O congelamento de investimentos sociais, promovido pelo vice-presidente empossado em 2016, a desaceleração da implementação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE, Lei 13.005/2014), até seu agônico esmaecimento burocrático, a nomeação de conselheiros ilegítimos para o Conselho Nacional de Educação (CNE, 2016), a produção de gabinete de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) espúria, que já estava em curso, esquartejando o conceito de Educação Básica, tão duramente conquistado, acabando por separar a Educação Infantil e Ensino Fundamental da propalada, medíocre e desavergonhada reforma do Ensino Médio (EM, 2018), demonstram o peso inescrupuloso do desmonte das medidas e dos encaminhamentos efetuados, progressista e democraticamente, no período anterior. Esse abalo político na Educação foi o mais perverso legado do governo golpista de Michel Temer, ao ponto de quase anular os poucos e difíceis passos progressistas efetivados na década anterior. A atuação do Ministério da Educação, entre 2016 e 2022, junto aos setores conservadores de identidade religiosa confessional, os subalternos pedidos e as abomináveis concessões aos grupos empresariais tornar-se-iam uma das mais tenebrosas e vergonhosas gestões da história da Educação brasileira. O que disso resultou pode ser acompanhado por qualquer análise conjuntural: a estagnação da expansão do Ensino Superior público, o retrocesso patente na universalização do acesso ao Ensino Médio, a diminuição de vagas na Educação Fundamental, a retração ou congelamento dos recursos da Educação Infantil, o

abandono da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, a destruição de Programas como o Mais Educação, o PIBID, o Ciência Sem Fronteiras, a intervenção autoritária nas Universidades públicas nomeando reitores sem eleições, o desmantelamento da política ambiental, da política de inclusão e de sustentabilidade, com suas consequências de morte e de destruição da Educação Inclusiva e de demais projetos que acompanharam a primeira etapa progressista de avanços da Educação brasileira. O terror, o horror e a terra desolada e devastada são os resultados dessa conjuntura de nojo e ignomínia.

Identificamos um terceiro momento, que se encontra somente em seu começo, na conjuntura ainda aberta dessa década a ser disputada bravamente. Em maio de 2022 o candidato Luiz Inácio Lula da Silva iniciou sua pré-campanha à Presidência da República na UNICAMP. Parecia ser um sinal de sua importância. A difícil eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, para um mandato de quatro anos (2023-2026) nos causa preocupação e tensão. Haverá lucidez e coragem política no centro decisório do “novo governo”, a assumir a pauta coletiva dos pesquisadores e dos educadores emancipatórios, dos movimentos sociais e educacionais democráticos, dos intelectuais e das instituições sociais avançadas, dos grupos de pesquisas críticos e pluralistas, na direção de coerentemente acreditar numa retomada do esforço progressista iniciado entre 2007 e 2016, de modo a produzir e atualizar sonhos e projetos, na meta política de consolidar aquela concepção educacional e pedagógica centrada na *educação como direito e no direito à educação*? Acreditava-se que o novo governo haveria de promover um ágil, competente e criterioso desmonte da reforma empresarial acentuada por Michel Temer e pelos grupos empresariais posteriores que atuaram nos *lobbies* educacionais. Havia a crença de rápida superação da mediocridade administrativa instaurada no Ministério da Educação desde o golpe de 2016. Era a hora da conhecida metáfora da “curvatura da vara”, esticá-la bravamente para o lado contrário, até com a esperança de retomar, com brevidade, o ponto de equilíbrio.

Era a esperança comum dos círculos progressistas emancipatórios críticos, dos pesquisadores comprometidos, dos grupos de pesquisas integradas à sociedade, das Universidades e das instituições avançadas, de que o novo governo daria um ponto final necessário a esse tenebroso período de exceção marcado pelo inescrupuloso intervencionismo empresarial na Educação pública brasileira. Era esperança comum a necessária e imediata revogação de todos os atos arbitrários torpes e a retomada das políticas públicas de universalização do acesso, de geração da qualidade social da permanência das crianças, adolescentes e jovens, a pauta da inclusão e da sustentabilidade, a inspiração para a produção da *justiça curricular* na direção de construir a *escola socialmente justa*.

A este breve cenário histórico correspondem diferentes etapas da nossa Revista de Filosofia e Educação, em seus dias valorosos de enfrentamento crítico e mobilização inspiradora. Na primeira grande oportunidade histórica e social de nossa conjuntura recente, o primeiro período aqui identificado, os números publicados, os dossiês, os artigos, as resenhas, as pesquisas socializadas destacavam uniformemente a originalidade e a novidade da concepção de educação como direito e do direito à educação, assumido como fundamento das políticas públicas em curso. São notáveis as publicações da RFE nesse criativo, fecundo e vertiginoso período de 2007 a 2016. As ressonâncias das medidas na Educação Básica, as consequentes Diretrizes Curriculares de 2013, a interpretação da potencialidade do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), a aclamação aos projetos de Educação Integral como direito e como fundamento de mudanças estruturais da Educação Básica do Brasil, como política pública indutora de uma transformação estrutural da Educação brasileira, a formação de professores, a compreensão da Pedagogia Humanizadora e Democrática como tempo, espaço e dialética da relação entre sujeitos aprendentes e suas culturas, marcou profundamente a identidade editorial da RFE nesse movimento conjuntural descrito. Eram páginas de esperanças e de sugestões humanizadoras.

Já, no período de 2016 a 2022, a Revista de Filosofia e Educação tornou-se um destacado canal crítico, buscando editar pesquisas e estudos sempre a contrapor-se à política medíocre executada por um governo e seu Ministério de Educação incompetente, desacreditado, transformado em balcão de negócios e discursos em defesa de projetos oportunistas, sem nenhuma vinculação com quaisquer direitos ou disposições educacionais de alcance ou de virtudes democráticas orgânicas.

No momento em que lançamos ao público esse número da prestigiada RFE/FE/UNICAMP temos novamente a esperança como a base de nosso *ethos* motivador e mobilizatório. A lucidez epistemológica e a coragem política nos integram na proposição do atual número de nossa Revista.

Dois acontecimentos devem ser nominados como possíveis abalos, em nossa dinâmica institucional recente. Os efeitos da pandemia da COVID 19 (2020-2021) em todas as esferas de nossas vidas, com o necessário confinamento e as transformações estruturais de nossa vida cotidiana é um deles. Não é necessário aqui buscar decifrar as contradições que marcaram a eclosão desse fenômeno de saúde pública no mundo e os efeitos danosos de sua desastrosa gestão em nosso país, num dramático apodo à análise conjuntural que acima efetivamos.

O segundo abalo deu-se com o falecimento de nosso Editor-Chefe, o já saudoso Professor Doutor *Silvio Ancizar Sanchez Gamboa*, ocorrido em novembro de 2022, vítima

de um câncer fatal, deixando-nos uma lacuna humana profunda, um sentimento de desamparo e de tristeza imensa. O Professor Silvio Gamboa foi um dos grandes fundadores e gestores dessa RFE desde seus inícios. Foi Editor Executivo e Editor Chefe nos últimos anos, promovendo sempre a qualidade epistemológica e a criteriosa diretriz política dessa RFE, que se confundia com sua atuação e produção, em sua vida acadêmica exemplar. A ele dedicamos esse momento, publicando um número editorial que ele criativamente planejou, pensou e encaminhou como proposta. Seu passamento deixou-nos uma tarefa muito exigente, manter a indicação do número que ele criara e acalentara e dar sequência aos demais procedimentos editoriais. O número que ora entregamos ao público é o resultado desse sonho comum, dessa deferência e desse respeito ao Professor Sílvio Gamboa.

O título dessa edição é “A epistemologia da Educação na América Latina e no Caribe: desafios e perspectivas”. Este é o volume 14 da edição número 3 da RFE de 2022, publicada nesse momento pelas condições já apontadas no presente editorial. O enfoque dado à Epistemologia da Educação é uma herança temática do Professor Silvio Gamboa e, igualmente, a referência à América Latina e Caribe, mais do que uma escolha geográfica é uma patente afirmação geopolítica de resistência. Trata-se da intencionalidade de destacar a Epistemologia da Educação, de natureza crítico-dialética, como um importante espaço das discussões das agendas curriculares e reformas educacionais nos países da região indicada, que guardem alguma potencialidade social e educacional inclusiva e emancipatória.

O primeiro artigo, denominado “A PAIDEIA de Habermas nas entrelinhas de sua teoria crítica da racionalidade moderna” de autoria de Eduardo Soncini Miranda e Diego Augusto Gonçalves Ferreira busca caracterizar a originalidade crítica do pensamento do filósofo J. Habermas na proposição de uma interpretação histórica e política da racionalidade moderna através da educação, que consubstancia uma concepção de mundo e de sociedade radicalmente democrática e humanista. O artigo é um precioso convite para uma retomada da atualidade da crítica habermasiana à razão instrumental.

O segundo artigo, que traz como tema “PAIDEIA e Bildung: sentidos e contornos históricos dos projetos formativos da Antiguidade e da Modernidade”, de autoria de Vinicius Azevedo e Lucas André Teixeira, reconstitui contextos históricos e aprofunda uma decifração dos sentidos estruturais dos projetos formativos hegemônicos na Antiguidade Clássica e na Modernidade Burguesa. Trata-se de um estudo histórico-filosófico que caracteriza as grandes concepções de PAIDEIA, como ideal de formação humana e de Bildung como projeto universal de humanização moderna.

Já o terceiro artigo, de Samoel Cordeiro de Souza Primo e Luciane Neuvald leva o título de “Indústria Cultural e formação humana: reflexões a partir da perspectiva da teoria crítica”, acentua o fenômeno social e político da padronização comportamental definida como “Indústria Cultural”, que se materializa hoje em redes e dispositivos alienantes e desumanizadores, contrapondo um horizonte de formação humana de natureza esclarecida e democrática. É um texto que nos convida a debater o impacto das tecnologias informacionais atuais na vida cotidiana.

Como quarta proposição de reflexões criativas e críticas, Willian Elizandro e Alana de Oliveira Barbosa nos convidam a pensar o tema “Os Salesianos e o processo civilizador por meio da educação no antigo Sul de Mato Grosso”, centrado na descrição histórica e crítica das intervenções religiosas no contexto cultural de sociedades comunitárias. O artigo discute as contradições desse processo.

No artigo denominado “Diálogos possíveis entre o pluralismo epistemológico de Paul Feyerabend e a educação científica”, de autoria de André Luiz Pinto e Nestor Cortez Saavedra Filho, o tema a ser enfrentado com galhardia e lucidez é a questão do pluralismo de enfoques epistemológicos, de natureza aberta e coletiva, e a educação científica como uma padronização positivista. É um convite criterioso de debates sobre a produção científica contemporânea.

O sexto artigo indica que a causa da Educação nos humaniza. É de Mateus Barreiro e Marta Furlan. No artigo “A relação entre as emoções de rivalidade e as categorias do desejo em Aristóteles” a proposição de reflexão e de debate circunscreve-se à compreensão da potencialidade das emoções e a original concepção de desejo no pensador clássico Aristóteles. Há hoje uma releitura das dimensões socioemocionais de nossa condição humana.

No sétimo artigo, de autoria de Pedro Mentor, com o título “Do amor cristão ao amor pagão” debatemos, juntamente com o autor, a questão do amor e suas complexas e contraditórias significações, tanto na definição ontológica da condição humana quanto na sua potencialidade educacional.

No oitavo artigo o tema que o autor Enock Peixoto nos lembra refere-se à causa da identidade do educador. O criativo título do artigo “Schopenhauer como educador: modelo de uma formação intempestiva” nos impulsiona a pensar o perfil curioso do filósofo alemão e sua exploração modelar no processo educativo. Trata-se de um artigo convidativo e inspirador.

O nono artigo, de Franc Lane, traz à tona o tema “O lugar legado à Filosofia diante da Reforma do Ensino Médio e as orientações da BNCC”, com um criterioso estudo contextual e posicionamento político diante da contraditória proposta de Reforma do

Ensino Médio, que tem abalado os círculos reflexivos e investigativos sobre esse tema. Trata-se de uma criteriosa reflexão sobre a concepção de Filosofia pressuposta nesses embates conjunturais.

No décimo artigo dessa preciosa edição, feita com esmero para todos os espíritos livres, a autora Karine Biasotto apresenta o tema “O pensamento de John Dewey: um percurso entre a democracia, a educação e a ciência” e conclama a todos e todas a reconstituir os fundamentos do projeto educacional e científico desse importante autor norte-americano a partir da defesa intransigente da democracia.

Resta-nos saudar o esforço de *Gildenir Carolino*, na condução primorosa de nossa reapropriação da RFE e de seus propósitos. Esse generoso esforço é para nós digno de respeito e gratidão. Destacamos ainda a atuação da Secretária Executiva da RFE, a acadêmica *Daniela Cardoso*, pelo seu esforço exemplar, seu empenho e sua dedicação na edição do presente número. Sem sua atuação constante teríamos muitas dificuldades em retomar esse grandioso instrumento de produção e de socialização de conhecimentos. Registra-se aqui nossa gratidão. Registramos igualmente a atuação constante do Professor Doutor *José Renato Polli*, como Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/UNICAMP e como editor-executivo da Revista de Filosofia e Educação. Seu empenho, igualmente, foi fundamental para que esse número tivesse essa atualidade, correção e destaque nesse momento institucional e histórico.

Por fim, destacamos a todos nossos colaboradores, articulistas, leitores e divulgadores, nossos mais sinceros agradecimentos, pela alegria de ter retomado a publicação consequente e ordinária de nossa laboriosa RFE FE. Essa nossa Revista é nossa expressão de compromisso social com a Educação pública, com a formação de pesquisadores esclarecidos e carregados de responsabilidades éticas e políticas pela sociedade em que vivem, e pelo mundo que recebemos ao nascer e nele atuar, assumindo-o, não de maneira pronta ou passiva, mas de maneira crítica, autônoma e responsável.

Desejamos uma excelente leitura a todos e todas, pedimos o favor de divulgar a RFE em suas redes sociais e canais acadêmicos, de modo que possamos revitalizar seus anelos e produzir as finalidades emancipatórias de todo conhecimento e de toda pesquisa.